

TRAJETÓRIA DA ARENA PÚBLICA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UM ESTUDO EM FLORIANÓPOLIS

João Vitor Libório da Silva¹, Thiago Magalhães², Maria Carolina Martinez Andion³

¹Acadêmico do Curso de Administração Pública da ESAG – PIVIC/UDESC

²Acadêmico do Curso de Pós-Graduação em Administração Pública – ESAG/UDESC

³Orientadora, Departamento de Administração Pública da ESAG – andion.esag@gmail.com.

Palavras-chave: Inovação Social. Problema Pública. Criança e Adolescente.

O referido artigo tem como objetivo traçar a trajetória da arena pública de garantia de direitos da criança e do adolescente do município de Florianópolis, por meio da análise dos diferentes acontecimentos e situações de prova enfrentados pelos atores dessa arena de 2007 a 2017. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e foi feita por meio de dois métodos: (1) a análise documental que ocorreu por meio da leitura de atas do CMDCA, relatórios das conferências de direito da criança e do adolescente em Florianópolis, notícias de blog do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis e dos relatórios do Sinais Vitais; e (2) a observação direta que foi por meio da presença do pesquisador nos três primeiros eventos do projeto Laboratório de Fortalecimento Institucional desenvolvido em parceria pelo OBISF da ESAG/UDESC, junto com o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM).

Buscando destacar a importância dos processos de inovação social, Wolfram e Frantzekaki (2016) discutem que as dinâmicas de inovação social são de grande importância para a promoção de mudanças no contexto das cidades. Nesse sentido, Andion et al. (2017b, p.1) argumentam que “as cidades são vistas como principais *lôcus* para a promoção de mudanças nos padrões de desenvolvimento e na construção de soluções que possam fazer face à complexidade dos problemas públicos contemporâneos”. Assim, os estudos dos Ecossistemas de Inovação Social (EIS), tornam-se uma temática relevante, na medida em que se busca entender como os atores comuns (sejam eles de suporte ou de promoção de inovação social) contribuem para compreender e se mobilizar para agir em torno dos problemas públicos, numa perspectiva de fortalecimento democrático e de promoção da sustentabilidade. (ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2018).

As controvérsias têm um papel muito importante na análise da trajetória dos problemas públicos. Como qualquer dinâmica complexa que envolve múltiplos atores e públicos, o enfrentamento dos problemas públicos não é apenas marcado por consensos e acordos, mas também por momentos conflituosos e de divergências. Corroborada por (CEFAI, 2012; LATOUR, 2012), Gonsalves (2015, p.60) destaca que “As controvérsias se referem aos debates que não estão estabilizados e que compartilham determinada incerteza. São situações em que os atores-rede agem publicamente quando expressam e discutem suas opiniões, localizam problemas, lançam sinais de alerta, entram em disputas e configuram temas de conflito.”

Dentre os diversos campos de causa mapeados pelo OBISF que compõem o EIS de Florianópolis, destaca-se o campo da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A problemática ganha destaque, já que das 200 iniciativas cadastradas no Obisf atualmente, mais de

100 iniciativas atuam no campo de causa de promoção, defesa e controle da garantia dos direitos das crianças e adolescentes na cidade de Florianópolis.

A apresentação dos resultados inicia com a análise da trajetória da arena, a qual é subdividida em quatro categorias de análise: quanto aos atores, espaços de diálogo, temáticas latentes e dispositivos consolidados ao longo de dez anos (2007-2017). Posteriormente, são apresentadas as principais controvérsias identificadas, sendo estas: (i) dificuldade na liberação dos recursos do FIA; (ii) a necessidade da apropriação pelos atores da real situação da criança e adolescente de Florianópolis; (iii) a importância de maior envolvimento de crianças e adolescentes no CMDCA enquanto protagonistas da política; (iv) formação continuada para conselheiros de direito e tutelares e demais atores da rede; (v) relação conflituosa entre CMDCA e Conselho Tutelar; (vi) situação das casas de acolhimento.

Por meio do estudo mais aprofundado das questões inerentes à arena pública de garantia de direitos de crianças e adolescentes em Florianópolis, foi possível concluir que apesar da arena ter avançado desde 2007, ainda é possível identificar muitos desafios na política. Alguns desses são frutos da própria complexidade dos problemas públicos da arena e do desdobramento do debate e engajamento dos atores em torno desses problemas. É possível constatar que essa complexidade exige que os atores se envolvam cada vez mais em espaços de maior articulação com outros atores e criem dispositivos e estratégias mais sofisticados, com vistas a dar respostas aos problemas públicos.

São nesses processos de debate, reflexão, engajamento e ação dos atores que é possível constatar momentos de aprendizagem coletiva. Nesses momentos os atores expõem e debatem sobre suas interpretações acerca dos problemas, e por meio da articulação e diálogo encontram formas de responder aos problemas públicos. Observou-se que muitos dos debates no começo da trajetória, por maior diagnóstico e desenvolvimento institucional por exemplo, culminaram em dispositivos desenvolvidos como respostas a estas demandas. Com isso, foram elaborados relatórios como o dos Sinais Vitais (2010 e 2016) e projetos com vistas ao desenvolvimento institucional das organizações como o Programa DI (2014) e Projeto LAFI (2018).